



**Processo nº** 12448.930087/2012-13

**Recurso** Voluntário

**Resolução nº** **1402-001.681 – 1<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma  
Ordinária**

**Sessão de** 16 de novembro de 2022

**Assunto** DCOMP

**Recorrente** ONCOLOGIA REDE DOR S.A

**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência.

Paulo Mateus Ciccone - Presidente

Antônio Paulo Machado Gomes - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Marco Rogerio Borges, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Evandro Correa Dias, Luciano Bernart, Iagaro Jung Martins, Jandir Jose Dalle Lucca, Antonio Paulo Machado Gomes, Paulo Mateus Ciccone (Presidente), a fim de ser realizada a presente Sessão Ordinária.

## Relatório

O presente processo administrativo fiscal do contribuinte ONCOLOGIA REDE DOR S.A., ora Recorrente, sucessora por incorporação de ONCOTECH ONCOLOGIA S.A., trata-se de declaração de compensação (DCOMP) não homologada, cujo crédito refere-se a pagamento a maior de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), relativo ao primeiro trimestre de 2012.

Conforme Despacho Decisório n.º de rastreamento 041943375 (e-fl. 8), o crédito não foi homologado, pois todo o valor do DARF, que supostamente abarcava o crédito, foi integralmente utilizado no pagamento do débito declarado na DCTF.

Ciente do Despacho Decisório em janeiro/2013 (fl. 09 e 105), a Recorrente, em 19/02/2013 apresentou Manifestação de Inconformidade (Fls. 14 a 17) na qual alegava que a DCTF tinha sido preenchida erroneamente.

Contudo, tendo conhecimento do erro, procedeu a retificação da DCTF e para justificá-la apresentou a planilha de apuração da CSLL referente ao primeiro trimestre de 2012, bem como os balancetes de verificação que comprovariam a planilha de apuração.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Fortaleza (CE), através do Acórdão n.º 08-42.234, de 06/03/2018, não acatou a argumentação da Recorrente, alegando que além de retificar a DCTF, esta deveria apresentar provas da motivação da retificação, sendo que as provas apresentadas estavam ilegíveis e, logo, não serviriam para fundamentar o pleito.

Em 31/07/2018 a Recorrente tomou conhecimento do Acórdão n.º 08-42.234 e em 27/08/2018 protocolou o Recurso Voluntário em questão, alegando os mesmos argumentos da manifestação de inconformidade e reapresentando a documentação suporte para retificação da DCTF, tais como o balancete de verificação (doc. 5), a planilha de apuração (doc. 6) e o razão contábil (doc.7), conforme se verifica das e-fls. 264 a 310.

Por fim, a Recorrente pede a reforma do Acórdão com a consequente homologação das compensações, tendo em vista os documentos anexados ao processo. Caso isso não seja possível, a Recorrente pede a diligência a fim de determinar que seja oficiado o órgão público em questão para que se apresentem os respectivos comprovantes de retenção.

Este é o relatório.

## Voto

Conselheiro Antônio Paulo Machado Gomes, Relator.

O presente recurso voluntário apresentado é tempestivo e atende às demais formalidades legais de admissibilidade, previstas no Decreto n.º 70.235, de 06/03/1972, razões pelas quais dele se toma conhecimento.

Segundo a Súmula CARF n.º 164, “a retificação de DCTF após a ciência do despacho decisório que indeferiu o pedido de restituição ou que não homologou a declaração de compensação é insuficiente para a comprovação do crédito, sendo **indispensável** a comprovação do erro em que se fundamenta a retificação.”

Portanto, a principal controvérsia neste processo administrativo fiscal está relacionada à confirmação através da documentação suporte acostada de que o débito da Recorrente referente ao primeiro trimestre de 2012 é no valor de R\$ 46.853,00 e não no valor de R\$ 259.625,34.

Dessa forma, a Recorrente apresenta a seguinte planilha de apuração da CSLL (doc. 6; e-fl. 291):

## Cálculo da CSLL

Fl. 3 da Resolução n.º 1402-001.681 - 1<sup>a</sup> Sejul/4<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 12448.930087/2012-13

Meses	Janeiro	Fevereiro	Março	Total
<b>Receita Bruta</b>	<b>3.683.045,79</b>	<b>3.711.261,23</b>	<b>4.050.492,70</b>	<b>11.444.799,72</b>
Presunção de 12%	441.965,49	445.351,35	486.059,12	1.373.375,97
<b>Demais Receitas</b>	<b>48.815,15</b>	<b>116.262,88</b>	<b>805,39</b>	<b>165.883,42</b>
Receita Financeira	17,40	2.019,18	5,91	2.042,49
Outras Receitas Operacionais	48.797,75	114.243,70	799,48	163.840,93
<b>Base de Cálculo da CSLL</b>	<b>490.780,64</b>	<b>561.614,23</b>	<b>486.864,51</b>	<b>1.539.259,39</b>
<b>CSLL Devido (Alíquota 9%)</b>				<b>138.533,34</b>
Retenção CSLL s/ Orgao publico				-
Retenção CSLL s/ Empresas privadas				(81.527,28)
<b>CSLL A RECOLHER - 2372</b>				<b>57.006,06</b>
<b>Darf Pago</b>				(259.625,34)
				0,00
<b>Pagamento a Maior</b>				<b>(202.619,28)</b>

Depreende-se da planilha acima que o valor do débito de CSLL referente ao primeiro trimestre de 2012 é de R\$ 57.006,06 e não de R\$ 46.853,00, como se alegado.

Logo, o valor do crédito não é de R\$ 212.772,34 como pleiteado, mas sim o valor de R\$ 202.619,28.

Verifica-se na e-fl. 303 que a receita de prestação de serviços acumulada no primeiro trimestre é de R\$ 11.444.799,72, nos mesmos moldes da planilha acima. Também se verifica na e-fl. 297 que o rendimento de aplicação financeira no trimestre em análise foi de R\$ 2.042,49, conforme a planilha de apuração. Por fim, constata-se na e-fl. 294 que a receita com descontos obtidos foi de R\$ 51.029,05 em valor divergente do apresentado na apuração acima.

Constatam-se no balancete de verificação de 31/03/2012 (e-fl 269) as seguintes receitas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo em 31/03/2012
310107001999	SERVIÇOS MÉDICOS PRESTADOS	11.444.799,72
310402001001	RENDIMENTOS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.042,49
310402001002	DESCONTOS OBTIDOS	51.029,05
310501001027	CENTRO DE RADIOTERAPIA	568.780,76

Verifica-se que as Outras Receitas Operacionais apresentadas na planilha de apuração divergem das receitas de Descontos Obtidos e das do Centro de Radioterapia do balancete de verificação.

Contudo, mesmo considerando as receitas do balancete de verificação, a Recorrente pode ter razão em suas considerações.

Logo, tendo em vista o Princípio da Verdade Material que rege o processo administrativo fiscal, voto por converter o julgamento em diligência, remetendo-se os autos do presente feito à Unidade Local, para que:

- 1) Intime a Recorrente para explicar a divergência entre as Outras Receitas Operacionais apresentadas na planilha de apuração e as receitas de Descontos Obtidos e Centro de Radioterapia do balancete de verificação;
- 2) Intime a Recorrente a apresentar o DARF de recolhimento de CSLL do primeiro trimestre de 2012 de R\$ 259.625,34;
- 3) Intime a Recorrente a apresentar os comprovantes de retenção de CSLL sobre pagamentos de empresas privadas no valor de R\$ 81.527,28;
- 4) Verifique se a base de cálculo apresentada pela Recorrente está de acordo com a sua contabilidade e de acordo com a legislação tributária pertinente;
- 5) Informe se a Recorrente apresenta pagamento maior e indevido no primeiro trimestre de 2012 a título de CSLL e, se positivo, qual seria o valor do pagamento maior e indevido;
- 6) Ao final deverá ser elaborado Relatório conclusivo, trazendo a fundamentação das constatações alcançadas, com justificativas e explicações, se realmente existe pagamento a maior do que o devido de CSLL referente ao primeiro trimestre de 2012;
- 7) Após a formulação e juntada do Relatório de Diligência, deverá ser dada vista à Recorrente, para que se manifeste, dentro do prazo legal vigente, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

Antônio Paulo Machado Gomes